



2019

Esteja pronto para a fiscalização
da Microsoft

SUMÁRIO

Introdução.....	3
Sobre o uso irregular de software.....	3
Tipos de uso de software irregular.....	3
Falsificação.....	3
DVD Pirata.....	3
Revendas de computadores.....	4
Pirataria corporativa.....	4
Pirataria cliente/servidor.....	4
Os riscos jurídicos.....	4
Os pontos mais importantes da Lei 9609/98:.....	5
Os riscos financeiros.....	5
Sobre a responsabilidade.....	5
Como funciona o licenciamento de software da Microsoft.....	6
Licença FPP ou ESD (Venda via varejo).....	6
Licença OEM.....	6
Licenciamento através de contrato CSP (Cloud Solution Provider).....	7
Licenciamento através de Microsoft Services Provider License Agreement (SPLA).....	7
Licenciamento através de contratos de volume.....	7
Contratos Open.....	8
Open License.....	8
Open Value.....	8
Open Value Subscription.....	8
O que é Software Assurance (SA).....	9
Contrato CSP.....	9
Qual modalidade de licenciamento Microsoft é melhor para minha empresa?.....	10
Gerenciamento de Software.....	10
Inventário de licenças adquiridas.....	11
Comprovação de propriedade das licenças Microsoft.....	11
Verificação contínua de conformidade.....	12
Gestão de inventário de ativos de software	13
Como funciona uma fiscalização Microsoft.....	13
Como a Microsoft chega até a sua empresa.....	14
Denúncia anônima.....	14

Base de dados de clientes de hardware	14
Compra de licenças de forma irregular.....	14
Fui contactado pelo time de antipirataria da Microsoft.....	14
O que acontece após o primeiro contato?.....	15
Conclusão.....	16



Introdução

A Microsoft tem cada vez mais intensificado a fiscalização contra o uso de seus softwares de forma não licenciada. Com isso, muitas empresas têm dúvidas sobre como lidar com esse processo.

É muito comum recebermos perguntas do tipo:

- Quais são as penalidades?
- Como a Microsoft pode chegar até a minha empresa?
- Quais são meus direitos e deveres?

Essas e muitas outras perguntas nos são feitas diariamente por empresas que estão sofrendo fiscalização ou que simplesmente se preocupam com a questão do gerenciamento dos seus ativos de software.

O propósito deste e-book é criar um documento relevante e de referência, para que as empresas possam entender os conceitos de licenciamento da Microsoft e melhorar os seus processos de gerenciamento de ativos de software.

Sobre o uso irregular de software

Usamos o termo “pirataria” para definir todo o tipo de uso não autorizado do software pelo fabricante. Quem usa um software irregular perde todos os direitos ao suporte, à documentação, às garantias e às atualizações que eventualmente o fabricante pode fornecer.

No Brasil temos leis específicas que regulam os direitos e deveres de quem utiliza um software. Usar um software irregular em sua empresa pode colocar em risco o seu negócio, devido às multas e processos civis, bem como a liberdade de todos envolvidos no uso do software irregular.

Tipos de uso de software irregular

Falsificação

A falsificação é a cópia e a comercialização ilegal de software protegido por direitos autorais, com a intenção de imitar o material original. Este tipo de pirataria inclui a cópia não somente do software, mas também das caixas, etiquetas, documentação e outras informações

DVD Pirata

É a cópia ilegal de um software original e a sua comercialização através de mídias regraváveis com o objetivo de obter lucro. Normalmente a sua venda é feita em locais como comércio popular, classificadas ou mesmo sites de internet

Revendas de computadores

Muitas revendas de informática, principalmente aquelas que atuam no que convencionamos chamar de mercado “cinza”, ou seja, as revendas que vendem computadores montados, comercializam os computadores com o Windows pré-instalado, mas sem a sua respectiva licença. Este tipo de prática é muito comum e muitos clientes só percebem que estão com o software irregular quando ocorre uma fiscalização.

Pirataria corporativa

Pirataria corporativa é quando se usa o software fora do escopo previsto no contrato de licenciamento feito entre a empresa e o fabricante. Como exemplo, imagine que uma empresa X comprou um software para uso exclusivo em seus escritórios e que isso esteja claro no contrato de licenciamento. Se ela alugar ou emprestar esse software para a empresa Y, ambas estarão cometendo uma irregularidade e passíveis as punições cabíveis em lei.

Também é comum que funcionários compartilhem os programas adquiridos pela empresa com familiares ou colegas de trabalho. Isso só é possível quando está previsto no contrato de licenciamento do software.

Pirataria cliente/servidor

É quando ocorre a execução de mais cópias do software do que originalmente foi licenciado. A quantidade de software instalado na empresa tem que corresponder com o contratado. O uso de licenças adicionais além do que foi comprado, expõe a empresa a sanções civis e criminais.

Também ocorre irregularidade quando o uso do software em rede pede um licenciamento diferenciado e a empresa não o considera no momento da compra.

Os riscos jurídicos

Muitas vezes usar software pirata ou em não conformidade (quando você utiliza uma versão original, mas não paga corretamente por ela) pode parecer vantajoso, mas não é. Conhecer os riscos dessa ilegalidade é essencial.

A pirataria de software pode resultar em processos cíveis e criminais. A organização estará exposta a altas multas, indenizações e até a prisão dos responsáveis.

Pelo menos uma empresa é flagrada a cada dia. A indústria de software descobre violações ao Direito Autoral por meio de denúncias, o que dá início aos processos de busca e apreensão, instauração de queixa crime e abertura de processos indenizatórios. No Brasil, as indenizações podem chegar a até 3.000 vezes o valor do software irregular, e as penas de prisão chegam a quatro anos.

Há um forte envolvimento dos legisladores estaduais e federais, bem como agências locais de proteção da propriedade intelectual e aplicação da lei, o que sugere ser uma boa ideia garantir a conformidade do seu software.

O conceito básico da lei é que, ao adquirir um programa de computador (software), o usuário não se torna proprietário da obra, mas apenas recebe uma Licença de Uso, de forma não exclusiva.

Os pontos mais importantes da Lei 9609/98:

- 1- O programa de computador é protegido nos mesmos moldes das obras literárias, o que deixa o País alinhado com os tratados internacionais dos quais é signatário.
- 2- A proteção é assegurada por 50 anos a partir do lançamento da obra, com proteção total ao titular do Direito Autoral.
- 3- Essa proteção independe de registro em órgãos oficiais, o que reduz significativamente a burocracia e os custos para produção e comercialização de software.
- 4- Foram alteradas as penalidades cíveis e criminais para quem violar os Direitos Autorais; até dois anos de detenção para a violação e, se for para fins de comércio, a pena aumentou para até quatro anos de detenção.
- 5- Mesmo tendo adquirido uma cópia original, o usuário não possui o direito de realizar a exploração econômica do software (cópia e revenda, aluguel etc), a não ser que tenha autorização expressa do titular.
- 6- A violação do Direito Autoral foi equiparada a crime fiscal, ou seja, quando houver sonegação fiscal ou perda de arrecadação como consequência da violação (venda sem nota, cópia ilegal etc) o Ministério Público deverá acionar as autoridades tributárias para que se instaure o processo administrativo competente.
- 7- Quando se fala das penalidades, a Lei de Software é usada em conjunto com a Lei 9610/98, que regula os Direitos Autorais, e que determina uma indenização de até 3.000 vezes o valor da obra, sem prejuízo das demais penas aplicáveis.

Os riscos financeiros

Ao adquirir um software pirata, uma vez que a operação é ilegal, não existe nenhuma documentação oficial que registre a operação. Sem registro, a operação não gera o pagamento de nenhum tributo relativo à transação. Para estes casos, a lei brasileira prevê crime fiscal, ou seja, independente de queixa, o Ministério Público deve adicionar a autoridade tributária para uma investigação de sonegação fiscal.

Sobre a responsabilidade

De acordo com a lei brasileira, cabe ao empresário responder por qualquer irregularidade que ocorra na companhia, inclusive as praticadas por funcionários. A reprodução ilegal de software para uso interno, sem as respectivas licenças de uso (pirataria corporativa), é uma das mais comuns. Infelizmente, ainda são poucas as empresas que adotam uma postura preventiva. A maioria finge ignorar e é justamente aí que mora o perigo.

Quem deseja tranquilidade precisa investir em prevenção. Comece por incluir no contrato de admissão uma cláusula que proíbe terminantemente a prática ilícita na empresa. Esta simples medida evita muitos danos financeiros e morais. Vale lembrar que isso é apenas o ponto de partida para que uma nova cultura tome forma, com a consolidação de um código de conduta.

Como funciona o licenciamento de software da Microsoft

Antes de falarmos sobre como funciona o processo de fiscalização da Microsoft, é importante que o leitor entenda como a Microsoft comercializa as suas licenças. Somente assim você poderá escolher o modelo de contratação mais adequado para sua empresa.

A Microsoft comercializa seus softwares de várias formas e essas formas de venda podem mudar de acordo com o país. Nós vamos focar somente nas formas de venda de software da Microsoft Brasil.

No Brasil, a Microsoft comercializa os seus softwares através de vendas no varejo com caixinhas, já pré-instalado nos computadores, via online para soluções em nuvem e através de contratos de volume. Abaixo iremos falar de cada uma destas modalidades e os prós e contras que elas oferecem.

Licença FPP ou ESD (Venda via varejo)

Nesta modalidade de licenciamento, o software é comercializado em caixas (FPP) ou através de download (ESD) em revendedores e lojas online.

Este tipo de licenciamento é indicado para profissionais autônomos ou pequenos escritórios, com no máximo 5 funcionários. O motivo para isto é simples. Este tipo de licença exige, para comprovação de licenciamento, que o cliente tenha em mãos a nota fiscal, a mídia, os manuais e etc.. Para até 5 licenças é fácil gerenciar, mais que isso já começa a complicar saber qual serial foi instalado em qual máquina. Para empresas com mais de 5 máquinas o indicado são os contratos de volume (que veremos mais abaixo) que usam somente um numero de serie para ativar vários softwares.

Os softwares comprados através desta modalidade costumam ser mais caros e não possibilitam downgrade para versões anteriores.

Licença OEM

As licenças OEM são aquelas que já vem pré-instaladas nos computadores ou servidores. Este tipo de licenciamento costuma ser muito barato, já que grandes parceiros como HP, Lenovo e Dell, compram as licenças em grandes quantidades com descontos consideráveis.

É a forma mais barata de licenciar o Windows em desktops e notebooks e é importante que a empresa sempre considere comprar suas máquinas com a licença pré-instalada do Windows.

A Microsoft descontinuou o uso da COA, que era a etiqueta com o serial number que ficava colada no gabinete do computador. Por isso, a única comprovação de licenciamento para este tipo de licença é a nota fiscal da compra do equipamento, com a descrição do software em destaque.

Licenciamento através de contrato CSP (Cloud Solution Provider)

Este tipo de licenciamento é exclusivo para os produtos de Cloud da Microsoft, como o Office 365, Azure, Dynamics CRM e etc.

A comercialização deste tipo de licenciamento é feita por uma revenda da Microsoft, que irá cobrar mensalmente a sua empresa todo o consumo de software ocorreu no mês anterior. Exemplo:

Imagine que em janeiro a sua empresa usou 20 licenças de Office Business e em fevereiro a você mandou um funcionário embora e agora só precisa de 19. Neste caso você só pagará por 19 licenças.

A forma de comprovação deste licenciamento é feita através da fatura que o revendedor envia ou mesmo através de um printscreen da tela do serviço que você consome podendo ser Office 365, Azure ou qualquer outro serviço de nuvem.

Licenciamento através de Microsoft Services Provider License Agreement (SPLA)

Com o SPLA, os provedores de serviços e os fornecedores independentes de software (ISVs) podem licenciar produtos Microsoft qualificados mensalmente, durante a vigência de contrato de três anos, a fim de hospedar aplicativos e serviços de software para clientes finais.

O programa SPLA fornece direitos de licença para hospedar Produtos Microsoft específicos conforme descritos nos Direitos de Uso do Provedor de Serviços da Microsoft (SPUR) com preços baseados nos direitos de uso.

Licenciamento através de contratos de volume

Os contratos de volume são a forma mais indicada para as empresas comprarem os softwares da Microsoft. Comprando as licenças através de um contrato de licenciamento, a organização tem um ponto único de gestão das licenças que é o portal VLSC (<https://www.microsoft.com/Licensing/servicecenter/>), possibilidade de adicionar benefícios ao contrato, suporte prioritário, facilidade de pagamento e alguns outros benefícios.

A comprovação da regularização das licenças é também a mais simples. Basta apresentar o extrato de licenciamento obtido no portal VLSC.

Existem basicamente 03 modalidades de licenciamento através de contrato por volume. São elas:

- Open
- MPSA
- EA

Antes tínhamos também o Select Plus, mas este não é mais comercializado. Os contratos MPSA e EA são somente para grandes corporações que estão atualizando todas as licenças.

Neste ebook vamos focar mais na modalidade de contrato Open e CSP, por serem as mais vendidas e as opções mais fáceis de serem adquiridas, principalmente pelas pequenas e médias empresas.

Contratos Open

A modalidade de contrato Open se desdobra em 3 tipos, sendo eles o Open License, Open Value e Open Value Subscription.

Open License

O Open License é uma boa opção para o cliente corporativo, que deseja pagar pelo uso perpétuo do software.

O Open exige uma compra inicial mínima de cinco licenças de software para abertura de um contrato. Após essa compra mínima inicial, você pode adquirir produtos licenciados adicionais através do contrato em qualquer quantidade a qualquer momento durante o prazo de dois anos do contrato.

É somente através deste contrato que é possível regularizar máquinas com Windows “pirata” usando uma licença chamada Windows GGS.

Nessa modalidade de contrato o Software Assurance é opcional (veremos o que é software assurance mais abaixo).

Open Value

Com o contrato Open Value, o cliente pode ter um melhor planejamento de suas compras de software Microsoft.

Com validade de 03 anos, o Open Value permite o parcelamento do contrato em parcelas anuais e ainda permite descontos caso o cliente esteja comprando as licenças para toda a empresa. As licenças compradas dentro de um contrato Open Value já acompanham os benefícios de Software Assurance.

Open Value Subscription

O Open Value Subscription é uma modalidade de licenciamento da Microsoft onde você faz uma assinatura do software.

Nesta modalidade o software não é perpétuo, você só poderá consumir os softwares contratados enquanto mantiver o seu contrato Open Value Subscription ativo.

Esta modalidade é a que oferece os custos mais baixos dentre todas as opções de licenciamento da Microsoft.

Porém, só é possível ter este contrato se você estiver comprando software para toda a empresa.

Assim como o Open Value, este contrato já vem com os benefícios do Software Assurance.

O que é Software Assurance (SA)

O Software Assurance é uma extensão de benefícios que pode ser anexada a um contrato de licenciamento Microsoft.

Clientes com Software Assurance garantem os seguintes benefícios:

- Acesso sempre a última versão do software sem custo de upgrade;
- Suporte estendido;
- Licenças adicionais para software de servidores para ambientes de alta disponibilidade e backup;
- Acesso a e-learning;
- Portabilidade da licença para ambientes de nuvem privada e pública;
- Suporte via ticket WEBilimitado;
- Suporte limitado via telefone com o time de engenheiros da Microsoft;
- Acesso prioritário à hotfixes;
- Vouchers para treinamento de suas equipes técnicas em centro oficiais Microsoft;

Contrato CSP

É a mais nova forma de se comprar produtos de nuvem da Microsoft. Com um contrato CSP, você pode comprar licenças do Office 365 ou do Dynamics e pagar mensalmente no boleto bancário e em reais. Não precisa usar o cartão de crédito.

O grande benefício do CSP é que você paga somente pelo que de fato você consumir. Exemplo:

Imagine que a sua empresa comprou 20 licenças de Office 365 Business em janeiro no contrato CSP.

Vamos supor que cada licença custe R\$ 30,00 e que durante os primeiros meses o seu time perdeu alguns funcionários. Qual seria o seu custo?

Mês	Quantidade de funcionários	Valor Unitário da Licença	Valor total
Janeiro	20 funcionários	R\$ 30,00	R\$ 600,00
Fevereiro	19 funcionários	R\$ 30,00	R\$ 570,00
Março	18 funcionários	R\$ 30,00	R\$ 540,00

Viu como o CSP é vantajoso?

Imagine o mesmo cenário em um contrato Open. Você já teria pago pelo Office 365 para 20 funcionários para o ano todo e não teria como ter nenhum desconto por diminuir as licenças.

Quais os softwares que podem ser comprados via CSP?

- Licenças do Office 365 (Business e Enterprise)
- Exchange Online
- OneDrive
- Visio
- Project
- Dynamics CRM

- Upgrade do Windows 10
- Microsoft 365
- Azure

Qual modalidade de licenciamento Microsoft é melhor para minha empresa?

É necessário avaliar as necessidades específicas da empresa, o perfil de uso dos softwares e a maturidade da gestão de ativos de software, para determinar qual o tipo de contrato é o ideal.

No geral, para empresas pequenas e que não possuem um orçamento de TI definido, o contrato Open License mais o contrato CSP são boas opções.

Já empresas que possuem orçamento de TI definido e uma gestão de ativos de software mais madura, devem optar por contratos Open Value ou Open Values Subscription com contrato CSP para produtos de nuvem.

Conte sempre com um consultor habilitado pela Microsoft para ajudá-lo a definir qual o contrato apresenta o melhor ROI para a sua empresa.

Cuidado com curiosos que acabam sempre oferecendo uma opção que apresenta um custo menor de aquisição, mas que, no longo prazo, pode ter outros custos envolvidos e acaba trazendo gastos desnecessários a corporação.

Gerenciamento de Software

Algumas organizações só começam a realizar o gerenciamento de ativos em resposta a uma crise.

CFOs, CIOs, Gerentes de Negócios, TI, Risco e Compliance, todos precisam compreender a importância do investimento preventivo em favor do controle financeiro. A falta de conhecimento e a negação não são alternativas à gestão de software.

Mesmo que sua empresa não tenha passado por uma auditoria de software da Microsoft ou de outro fornecedor de software até o momento, a sorte também não é uma estratégia.

É preciso que as empresas compreendam a importância de implantar um processo de gestão de ativos, desde que ele seja focado sobre os riscos com maior potencial de redução de custos. Por outro lado, fazer algum movimento de gestão de software sem planejamento pode piorar a situação, dando uma falsa sensação de controle.

De modo geral, preveja investir entre 3% e 5% do seu orçamento de software em um programa de gerenciamento dos ativos de software. E o mais importante: é impossível obter controle completo em uma única etapa ou ainda em um curto espaço de tempo. É essencial definir metas razoáveis sobre um cronograma realista.

É fundamental que a principal motivação para implementar um programa de gerenciamento não deve ser baseada e justificada exclusivamente em custo. É também uma responsabilidade para atenuar riscos financeiros, regulatórios, de imagem, evitando despesas futuras e maximizando o retorno sobre estes ativos.

O mesmo ocorre com o gerenciamento dos ativos de software com a vantagem extra de melhorar seu processo a cada dia.

Inventário de licenças adquiridas

Esta etapa é fundamental para a realização de um processo de otimização e deve conter todas as licenças compradas pela sua empresa. Saber exatamente o que você possui proporciona a segurança necessária para cumprir, da maneira mais tranquila e rápida possível, as verificações de utilização eventualmente requeridas por algum fabricante.

Você pode construir seu inventário de licenças adquiridas a partir dos contratos de licenciamento de volume que sua empresa possui, licenças de programas contratados isoladamente, notas fiscais dos equipamentos adquiridos para os softwares OEM (sistemas operacionais) e outros tipos de comprovantes atualmente em uso, como e-mails contendo o recibo de compra e chaves de ativação, modelo muito comum nestes dias de distribuição de software pela internet.

De uma forma geral, você deve ter as seguintes informações em seu inventário:

- a) Nome do produto;
- b) Tipo do produto (licença completa, upgrade, OEM etc.);
- c) Versão do produto;
- d) Quantidade de licenças adquiridas;
- e) Informações de manutenção (se aplicável);
- f) Data de compra e eventuais períodos de manutenção;
- g) Tipo de contrato de licenciamento e dados associados (códigos de identificação e data de expiração).

Fontes adicionais de informação:

- a) Contratos em nome de outras empresas - Em casos de fusões e aquisições ou venda de empresas, muitas vezes os ativos de software em comparação com as métricas utilizadas nestas transações não são adequadamente avaliados, podendo deixar passivos ocultos para as empresas;
- b) Bibliotecas de mídias – Alguns modelos de licenciamento exigem apresentação de mídias, etiquetas de propriedade e etc., desta forma, é muito importante manter todas estas informações de forma centralizada e controlada;
- c) Contratos e regras de licenciamento dos diversos fabricantes de software dos quais sua empresa possui produtos – esta fonte de informação é particularmente importante no que tange combinações possíveis de upgrades, downgrades e outras particularidades dos fabricantes.

Comprovação de propriedade das licenças Microsoft

Esta segunda etapa, tão importante quanto a primeira, habilitará a sua empresa a comprovar a titularidade das licenças de software instaladas.

Você deve estabelecer um processo para aquisição de ativos de software, desde a requisição até a efetiva instalação no equipamento do solicitante. Confira os principais tipos de documentos de licenciamento da Microsoft que deverá manter controle:

a) Notas fiscais de compra

Mantenha sempre em mãos todas as cópias das notas fiscais de compra. Você é responsável pela comprovação da originalidade do software e por isso deve guardar uma cópia da nota fiscal enquanto utilizar o software, mesmo que já tenham se passado mais de 5 anos da compra. Nos casos de compra de software caixinha (FPP), ESD ou OEM, a nota fiscal de compra é a única prova de que seu software está regular.

b) Contratos de volume

Garanta que todos os contratos de volume comprados pela sua empresa estão acessíveis através de um único login no portal VLSC. De preferência a comprar suas licenças Microsoft sempre através de um contrato de volume Microsoft o que facilita muito a gestão dos seus ativos de software.

Mantenha um processo de reconciliação periódica entre as licenças em uso e as licenças adquiridas.

Erros comuns a evitar:

Muitas empresas não valorizam a necessidade de manter um controle sério e dedicado sobre o inventário de provas de titularidade e cometem falhas comuns: contabilizar de forma errada o número de licenças, considerando, por exemplo, a compra de um sistema operacional e seu posterior upgrade, como direito de uso duplicado, porém, o upgrade está vinculado à compra anterior. Outra falha é descartar notas antigas, particularmente depois de um upgrade, com a intenção de diminuir o volume de papéis e documentos.

Verificação contínua de conformidade

Ao concluir o processo de implantação de Dados Confiáveis, é importante garantir que os controles se sustentem para garantir a efetiva redução de custos e assegurar a utilização eficiente dos ativos de software dentro da sua empresa.

O que você deve ter em mãos para implementar o processo de verificação contínua de conformidade:

- a) Inventário de hardware;
- b) Inventário de licenças adquiridas;
- c) Qualquer diferença do cenário esperado, deve ser justificada;
- d) Documentação de licenciamento do software adquirido;
- e) Documentação de licenciamento do software em uso.

A manutenção da conformidade de software se dá por meio de um processo contínuo de verificação dos registros gerados nos inventários da camada 1 da ISO 19770-1. Estabeleça um processo de verificação e reconciliação de cada software instalado com sua respectiva licença de utilização, comparando as fontes de informação e a documentação relacionadas. Este procedimento deve ser feito para cada software ou conjunto de softwares, assegurando que ele pode ser feito periodicamente, inclusive verificado por terceiros.

Os relatórios devem demonstrar:

- 1- Uma visão consistente de como as licenças podem ser reconciliadas com os requerimentos de utilização;
- 2- Uma fonte confiável sobre as licenças da sua empresa, número de implementação de cada software e métricas para avaliação dos requerimentos de licenciamento;
- 3- Quaisquer discrepâncias, incluindo com causas justificáveis;
- 4- Eventuais acertos de gap conforme prioridade estabelecida pela administração, por negociação com o fabricante, desconsiderando desinstalações de software.

Erros comuns a evitar:

Falta de capacitação técnica na construção dos dados confiáveis – estruturação dos inventários – leva a erros de qualificação no escopo dos inventários que são percebidos mais tarde, já na fase de reconciliação e testes de verificação de conformidade contínua. Sempre que possível adote profissional realmente capacitado nas etapas iniciais.

Gestão de inventário de ativos de software

Você está a um passo de garantir que os procedimentos de dados confiáveis estejam em operação na sua empresa. Nesta etapa, o objetivo é assegurar que os inventários, em meio físico ou digital, estejam adequadamente armazenados e protegidos contra alterações não autorizadas e, desta forma, garantam uma informação precisa ao longo do ciclo de vida dos ativos de software da sua empresa.

Erros comuns a evitar:

Os dados de software instalado mudam rapidamente levando quase sempre a grandes flutuações no resultado das reconciliações.

Como funciona uma fiscalização Microsoft

Agora chegamos ao assunto central de nosso ebook que é: entender como funciona a fiscalização da Microsoft e como proteger a sua empresa dela. Vamos antes revisar um pouco que foi dito até aqui:

Entendemos o que é “pirataria” para a Microsoft, vimos quais são os riscos jurídicos e financeiros para a sua empresa, conhecemos como funciona o processo de licenciamento de software da Microsoft e no final, aprendemos como fazer a gestão adequada de nossos ativos de TI. De agora em diante, tudo que falarmos é baseado em nossa experiência de mais de 10 anos atendendo clientes que passam por processos de fiscalização da Microsoft. Muito do que falaremos adiante, são informações que a Microsoft não divulga, mas que acabamos tomando conhecimento através das empresas que já passaram pela auditoria.

Como a Microsoft chega até a sua empresa

Todo cliente que está sendo auditado nos faz essa pergunta e existem várias possibilidades. Abaixo colocamos as principais:

Denúncia anônima

Existem somente 02 organizações que podem fiscalizar o uso de software irregular, são elas a ABES e a BSA. A Microsoft tem parceria com as duas e participa de ações conjuntas de fiscalização. Uma delas é o portal www.denunciepirataria.org.br que recebe denúncias anônimas sobre o uso de software irregular.

Este portal foi divulgado massivamente através de campanhas de marketing e tem recebido muitas denúncias.

Base de dados de clientes de hardware

Grandes parceiros OEM como HP, Lenovo e Dell, compartilham as informações de venda de licenças OEM com a Microsoft. Ela usa estas informações para identificar possíveis falhas de licenciamento como: compras de computadores com Windows pré-instalado sem registro de compras de licenças de Office ou mesmo de cal de acesso do Windows Server em nome da empresa. Isso cria um alerta e é encaminhado para o time de compliance da Microsoft tratar.

Compra de licenças de forma irregular.

Existem softwares da Microsoft que tem um modelo peculiar de licenciamento, por exemplo: O Windows Server exige uma licença para cada servidor e as licenças de acesso para as máquinas ou usuários da rede. Se uma empresa tem o registro de compra do Windows Server em seu contrato, mas nunca comprou licença de acesso para o servidor, vai gerar um alerta no sistema da Microsoft e vai para o time de compliance.

A Microsoft investiu pesado em um time comercial para tratar estas suspeitas de falha de licenciamento e consegue fiscalizar qualquer cliente em qualquer lugar no Brasil.

Fui contatado pelo time de antipirataria da Microsoft

Muitas empresas são contatadas pelo time de compliance da Microsoft e ficam desesperadas.

Não se preocupe, pois, trata-se de um processo comercial e uma excelente chance de você regularizar a sua empresa sem sofrer as sanções previstas em lei que já falamos no começo desse ebook.

O contato às empresas suspeitas de irregularidades, geralmente é feito através de telefone ou por e-mail com domínio @microsoft.com. As vezes o contato é feito por um escritório de advocacia terceirizado.

Neste primeiro contato, o time de compliance da Microsoft informa que há uma suspeita de uso irregular de software, pede que o gestor de TI preencha uma planilha ou que rode o MAP Toolkit, que é um software de assessment da Microsoft.

Ela também determina um prazo para o envio das informações solicitadas, sob pena de enviar o caso para o jurídico da Microsoft.

Este processo faz parte de uma ação comercial da Microsoft e recomendamos fortemente que você siga o que for solicitado.

Dizemos isso pois, se for identificado algum gap de licenciamento, a Microsoft somente solicitará a regularização do software e o envio das provas de regularização.

Caso não atenda o solicitado, o caso será encaminhado para o jurídico da Microsoft, que possivelmente ajuizara uma ação cobrando, além da regularização do software, as multas e punições previstas em lei. Logo, sai muito mais caro não seguir o processo comercial já que não há multa e nem punições.

Obviamente que a decisão final é sua e é muito importante que você consulte seu jurídico ou um advogado com experiência em propriedade intelectual.

O que acontece após o primeiro contato?

Você provavelmente já deve ter preenchido a planilha ou instalado o software de inventário solicitado pela Microsoft.

A Microsoft usará estas informações para confrontar o que foi informado/descoberto com as informações de compra que ela possui da sua empresa.

Aproveite este tempo para juntar o máximo de provas de licenciamento que possui, principalmente de softwares comprados através de caixinhas (FPP) e OEM. Nestas modalidades de compra, a Microsoft não tem o histórico e vai pedir a prova de licenciamento (Nota fiscal de compra).

Após a análise, a Microsoft responde com um relatório constando os gaps encontrados e solicitando a compra das licenças ou o envio das provas de licenciamento.

Nesta parte do processo a sua empresa ainda pode contestar o que for relatado, principalmente apresentando as provas de compra.

É importante salientar que a Microsoft exige a compra ou a comprovação de licenciamento exatamente do que está sendo utilizado pelo cliente. Se você for auditado e constatarem, por exemplo, que a sua empresa está usando o Windows Server Datacenter de forma irregular, você terá que apresentar uma nota fiscal de compra do Datacenter, não adianta apresentar do Windows Server Standard.

Após a apresentação das provas de compra, a Microsoft encerra o processo de auditoria.

Isso não significa que não vai mais acontecer. Provavelmente, de tempos em tempos, a sua empresa será recontactada para repetir o processo e garantir que está legal.

Por isso, recomendamos que guarde os documentos gerados no processo para evitar o retrabalho e contrate algum serviço de monitoramento e inventário online dos seus ativos de software.

Conclusão

A Microsoft tem investido cada vez mais em processos de fiscalização e por isso, é importante que a sua empresa siga no caminho de implantar processos de gestão de ativos de software, focados em manter o seu ambiente compliance com as regras de licenciamento da Microsoft.

Pense na possibilidade de utilizar recursos em cloud através de contratos CSP ou mesmo contratos de volume como o Open Value Subscription, o que permite que o custo seja diluído como um serviço, otimizando o orçamento da empresa e facilitando a aquisição.

Conte também com a equipe da [E1IT TECNOLOGIA](#) para o planejamento e a otimização dos seus recursos de software Microsoft.